

Demissões no Itaú: Banco tem que apresentar proposta de acordo



Ainda não houve acordo com o Itaú sobre as mais de mil demissões realizadas pelo banco no dia 8 de setembro, a maioria delas na base do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que solicitou a mediação do Tribunal Regional do Trabalho após o banco ter se recusado a negociar com os empregados demitidos e sua representação sindical.

A audiência de mediação ocorreu na noite da última quarta-feira (1º). Como não houve acordo, o mediador deu 48 horas para que o banco apresente uma nova proposta e marcou uma nova audiência para esta sexta-feira (3), às 18h. “Juntamente com o sindicato, estamos aqui para defender o emprego e garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados”, disse o vice-presidente da Contraf-CUT, Vinícius Assumpção, que participa do procedimento de mediação por solicitação do sindicato. “É importante que os trabalhadores fiquem atentos ao site e redes sociais da Contraf-CUT e do sindicato e não deixem de participar das plenárias e atividades que forem realizadas. Com a união de todos podemos chegar a uma boa solução para os trabalhadores”, completou.

A presidenta do Seeb/SP e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Neiva Ribeiro, destacou as várias iniciativas do movimento sindical para tentar um acordo com o banco para resolver a questão da demissão em massa realizada pelo banco. “Já realizamos plenárias com os trabalhadores e diversas manifestações e paralisações para tentar que o banco reveja as demissões. Continuamos tentando resolver a questão pela via negocial e na sexta-feira realizaremos uma nova audiência de mediação para buscarmos um acordo”, disse.

“Os trabalhadores foram chamados de improdutivos e demitidos sem direito de defesa. Ficaram manchados na sociedade e o banco tem que reparar esse dano”, completou a coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú, Valeska Pincovai.

Neiva Ribeiro destacou ainda que este caso vai muito além das demissões no Itaú. “O que está em jogo não é apenas o que foi feito com os empregados do Itaú, mas o futuro do teletrabalho, do home office e outros direitos, não apenas no Itaú, mas nos acordos de teletrabalho em todos os bancos. Temos que garantir que os bancos respeitem a mesa de negociação e os direitos dos trabalhadores, inclusive a LGPD e os direitos de privacidade dos trabalhadores”, disse Neiva, lembrando que a última mesa única de negociações com a Fenaban tratou do tema.